

Desoneração da folha fora da reforma

Negativa do governo com relação à limitação da carga tributária frustra empresários

JULIANA ROCHA
BRASÍLIA

A desoneração da folha de pagamento vai ficar de fora da nova proposta de reforma tributária que será entregue pelo governo ao Congresso. O projeto do governo também não vai impor limite à carga tributária brasileira, que vem batendo recordes e chegou a 34,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2006. O limite foi proposto pelo empresário Antoninho Trevisan, que preside o grupo temático da Reforma Tributária no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Ontem Trevisan entregou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a nova proposta, discutida no conselho a partir do projeto elaborado pelo secretário de Política Econômica da Fazenda, Bernard Appy.

O Lula foi cauteloso ao falar da redução da carga tributária, durante seu discurso depois da reunião do conselho. Prometeu que a reforma vai sair, mas disse que a arrecadação tem que cobrir os custos do governo. "Nós precisamos melhorar a saúde, a educação, desonerar isso e aquilo, mandar servidor público embora e baixar os impostos. Meu medo é que sempre a conta não feche", declarou o presidente.

O ministro da Fazenda também não quer discutir carga tributária agora e acredita que é preciso avaliar melhor o impacto da redução da contribuição patronal para a Seguridade

Social na arrecadação. Por isso, decidiu que o tema será discutido depois, fora do projeto de reforma tributária.

A negativa do governo com relação à limitação da carga tributária frustrou Trevisan. Ele argumenta que o Brasil compete no comércio exterior com países cuja carga de impostos é de 22% a 24% do PIB. Foi o ministro da Fazenda que adiantou na semana passada que a carga de 2006 ficou em 34,5% do PIB, embora os números oficiais ainda não tenham sido divulgados pela Receita.

"Não vamos discutir agora que limite é esse. O importante é aprovar um mecanismo para que a carga tributária pare de crescer", explicou Trevisan.

Mantega disse na saída da reunião que não achou o limite

para a carga tributária uma boa idéia. Argumentou que a arrecadação aumenta com o crescimento econômico e a inclusão de trabalhadores e empresas cresce com a formalidade. Para Trevisan, a medida permitiria exatamente a redução da carga à medida que a economia crescesse.

Outra preocupação do empresário que preside o grupo de Reforma Tributária é de que não haja aumento de alíquotas de impostos para compensar a desoneração da folha de pagamento, assim que esta for aprovada.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, disse que essa é uma medida urgente, para aumentar a competitividade internacional dos setores que mais empregam. Skaf é empresário da indústria têxtil,

um dos setores mais intensivo em mão-de-obra da economia.

Tanto Lula quanto Mantega concordaram com a avaliação feita pelo ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso de que é preciso reduzir a carga tributária paulatinamente, para não gerar problemas de caixa para o governo. "É preciso que a gente vá demarcando na reforma tributária as coisas que são essenciais. As coisas que são quase que prioritárias", disse Lula.

O grupo temático que discute a Reforma Tributária é formado por 31 integrantes do conselho de desenvolvimento econômico e social, de diversos setores da sociedade, como empresários, trabalhadores e políticos, entre eles o ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.

Comente esta reportagem no portal www.gazetamercantil.com.br



Presidente Lula

VSB: NOVO ADIAMENTO

Condições adversas do tempo fizeram com que a Agência Espacial Brasileira (AEB) adiasse novamente o lançamento do foguete brasileiro VSB-30. Ventos fortes têm causado adiamento no projeto desde sábado (14) mas, segundo a assessoria da AEB, a situação meteorológica piorou, deixando para amanhã a nova tentativa. Anteontem à tarde a coordenação da operação chegou a se reunir para estudar possibilidades de alterar os parâmetros de trajetória do foguete e tentar superar as condições de vento em altitude. Mas, segundo a AEB, as condições de ontem anularam a estratégia.

IPC-S DESACELERA

Das sete capitais pesquisadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) quatro apresentaram desaceleração da inflação na segunda leitura de julho. O IPC-S de 15 de julho de 2007 registrou variação de 0,39%. Em Belo Horizonte houve aceleração de um aumento de 0,52% para 0,54% na última apuração. O mesmo comportamento foi observado em Recife e no Rio de Janeiro, respectivamente, de 0,07% para 0,17% e de 0,42% para 0,44%. Em Brasília houve desaceleração de 0,45% para 0,40% na última apuração. O mesmo comportamento foi observado em Porto Alegre, onde o índice passou de 0,59% para 0,49% e Salvador; de 0,37% para 0,33%. Em São Paulo o recuo foi de uma alta de 0,56% para 0,37%. A próxima divulgação dos resultados regionais do IPC-S será no dia 24 deste mês.

CONSELHO DE SEGURANÇA

Brasil, Índia e África do Sul querem maior participação dos países em desenvolvimento nas instâncias decisórias de instituições multilaterais, como a ONU. Em comunicado conjunto divulgado ontem, esses três países reafirmaram apoio à reforma da ONU e enfatizaram a necessidade de ampliação do Conselho de Segurança, de forma a torná-lo mais democrático e legítimo.